



Estratégia

Carreira Jurídica

2° SIMULADO PARA JUIZ

TJGO

Simulado Especial

2º Simulado – TJ-GO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Magistratura do TJ-GO;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, FCC.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJGO-07-11-20>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. É absolutamente incapaz:

- a) o maior de dezesseis e menor de dezoito anos;
- b) o portador de deficiência física;
- c) o portador de deficiência auditiva;
- d) o pródigo;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

02. Prescreve em um ano:

- a) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;
- b) a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição;
- c) a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele;
- d) a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- e) a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

03. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto, perfazendo-se com a tradição do objeto. Em relação a essa modalidade de contrato, é correto afirmar que:

- a) se não tiver prazo convencional, restará presumido que será pelo tempo necessário para o uso concedido;
- b) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- c) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, serão individualmente responsáveis por esta em relação ao comodante;
- d) os tutores poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda independentemente de autorização especial;

e) o caso fortuito ou a força maior são hipóteses em que poderá se eximir o comodatário de responder por danos ao comodante em qualquer hipótese.

04. Não é causa de interrupção da prescrição:

- a) o despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
- b) o protesto cambial;
- c) a notificação extrajudicial feita meses após protesto cambial anterior;
- d) a apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;
- e) o ato judicial que constitua em mora o devedor.

05. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é correto afirmar que ao decretar a invalidação de um ato, a autoridade administrativa:

- a) deve fundamentar a decisão sem necessariamente indicar, de forma expressa, as consequências jurídicas e administrativas da decisão;
- b) pode fundamentar a decisão de forma resumida, desde que indique os fundamentos legal;
- c) deve fundamentar a decisão indicando, de forma expressa, as consequências jurídicas e administrativas da decisão;
- d) deve fundamentar a decisão indicando, de forma expressa, as consequências administrativas da decisão;
- e) não precisa fundamentar a decisão, sendo suficiente a indicação do dispositivo legal que se aplique ao caso.

06. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra. Em relação a esse tipo de contrato é incorreto afirmar que:

- a) a doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular;
- b) se o donatário for absolutamente incapaz, será sempre necessária a aceitação da doação;
- c) a doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado extingue-se morrendo o doador, salvo se este outra coisa dispuser, mas não poderá ultrapassar a vida do donatário;
- d) é nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador;
- e) a doação pode ser revogada por inexecução do encargo.

07. Não é hipótese de cessação do contrato de mandato:

- a) a revogação;
- b) a interdição de ambas as partes;
- c) o término do prazo;
- d) a conclusão do negócio nele previsto;
- e) a mudança de estado que dificulte o exercício de seus poderes pelo mandatário.

08. Na venda com reserva de domínio, o domínio permanece com o vendedor até que a última prestação seja paga pelo comprador. Ela é uma venda condicional aperfeiçoada com o pagamento (evento futuro e incerto). Nesse tipo de contrato, a referida cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e:

- a) já passa a ser oponível a terceiros;
- b) depende de registro, em qualquer cartório, para valer contra terceiros;
- c) depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros;
- d) depende de registro no domicílio do vendedor para valer contra terceiros;
- e) poderá ser convalidada, posteriormente, em até 90 (noventa) dias.

09. Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis;
- b) em se tratando de morto, terá legitimação para exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau;
- c) é defeso o ato de disposição do próprio corpo em qualquer hipótese;
- d) o uso da imagem de torcedor inserido no contexto de uma torcida não induz a reparação por danos morais quando não configurada a projeção, a identificação e a individualização da pessoa nela representada;
- e) sem autorização, não se pode usar a imagem alheia em propaganda comercial, ainda que a pessoa esteja inserida em uma multidão.

10. Assinale a alternativa que completa a frase conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

- a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas;
- d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002;
- e) prescricional de dez anos, já que não há prazo específico previsto na lei.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

11. Sobre competência, assinale a alternativa correta:

- a) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, independentemente da matéria tratada na ação.
- b) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado
- c) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, exceto se o óbito ocorrer no estrangeiro.
- d) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor.
- e) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação deverá ser proposta na capital do respectivo ente federado.

12. Acerca da reconvenção, é correto afirmar que:

- a) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- b) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- c) Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção a reconvenção.
- d) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção de incompetência será processada em apenso aos autos principais.
- e) Não é necessário atribuir valor da causa à reconvenção.

13. Sobre as Provas no Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente e pode prejudicar os litisconsortes.
- c) A distribuição dinâmica do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, desde que antes do processo.
- d) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.
- e) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 5 (cinco) para falar sobre o documento constante nos autos.

14. Assinale a alternativa incorreta a respeito do cumprimento de sentença.

- a) Todas as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes poderão ser arguidas pelo executado nos próprios autos e nestes serão decididas pelo juiz.
- b) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.
- c) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.
- d) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, desde que haja requerimento da parte, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.
- e) Não cumprida a obrigação de entregar coisa no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

15. Marque a alternativa incorreta no que se refere aos processos nos Tribunais:

- a) A alteração de tese jurídica, adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos, deverá ser precedida de audiências públicas.
- b) Não se aplica a técnica de ampliação de julgamento nos casos de julgamento não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.
- c) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- d) A desistência ou o abandono do processo não impede o exame do mérito do incidente de demandas repetitivas.
- e) Do julgamento do mérito do incidente de demandas repetitivas caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

16. Assinale a alternativa correta a respeito da alegação de impedimento e suspeição do juiz:

- a) Há impedimento do juiz nos casos em que em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.
- b) Apresentado o incidente, o processo não é suspenso automaticamente, dependendo de decisão do relator.
- c) Acolhida a alegação, tratando-se de impedimento ou de suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu substituto legal, sendo essa decisão irrecorrível.
- d) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, desde que declare suas razões.

e) No prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

17. Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:

- a) Sentença transitada em julgado que tenha sido baseada em transação inválida poderá ser rescindida se o vício for verificado mediante simples exame dos documentos dos autos.
- b) É cabível o manejo da rescisória se a decisão de mérito, transitada em julgado, houver sido proferida por juiz impedido ou suspeito.
- c) Não é possível a rescisão de decisão transitada em julgado que não tenha decidido o mérito da demanda.
- d) O autor deverá depositar a importância de dois por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- e) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

18. Contra decisão do presidente do Tribunal de Justiça que denegar seguimento a recurso especial sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos, é cabível:

- a) embargos de declaração
- b) agravo de instrumento
- c) agravo em recurso especial
- d) agravo interno
- e) recurso ordinário

19. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
- b) Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.
- c) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
- e) O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

20. Sobre a audiência de conciliação e mediação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 01 mês da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.
- b) A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.
- c) A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.
- d) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- e) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

21. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

I. Considera-se consumidor por equiparação (bystander) o terceiro estranho à relação consumerista que experimenta prejuízos decorrentes do produto ou serviço vinculado à mencionada relação, bem como as pessoas determináveis ou não expostas às práticas comerciais previstas nos arts. 30 a 54 do Código de Defesa do Consumidor.

II. O Superior Tribunal de Justiça admite a mitigação da teoria finalista para autorizar a incidência do Código de Defesa do Consumidor - CDC nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), apesar de não ser destinatária final do produto ou serviço, apresenta-se em situação de hipossuficiência.

III. É descabida a aplicação do Código de Defesa do Consumidor alheia às normas específicas inerentes à relação contratual de previdência privada complementar e à modalidade contratual da transação, negócio jurídico disciplinado pelo Código Civil, inclusive no tocante à disciplina peculiar para o seu desfazimento.

IV. A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, ocorre ope legis, vale dizer, decorre expressamente da lei.

V. A vedação à denúncia da lide prevista no art. 88 do CDC restringe-se à responsabilidade de comerciante por fato do produto, sendo inaplicável às demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

22. Com relação à decadência e à prescrição nas relações de consumo, é correto afirmar:

- a) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se a partir da entrega efetiva do produto.
- b) Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da aquisição do produto ou do início da execução dos serviços.
- c) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito.
- d) obsta a decadência a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.
- e) Obsta a decadência a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, ainda que não transmitida de forma inequívoca.

23. Acerca dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores, é correto afirmar que:

- a) O consumidor terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, ressalvadas as suas respectivas fontes.
- b) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente.
- c) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua correção, no prazo de cinco dias úteis.
- d) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado prestadores de serviços públicos.
- e) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, todas as informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

24. Rubens é vendedor da loja Baratinha, que comercializa eletrodomésticos em geral. Desejando bater sua meta de vendas mensal, começou a informar os clientes que determinado aparelho de televisão recém lançado possuía uma tecnologia de comando por voz. Júlia, deficiente visual, interessada na novidade que facilitaria sua vida, adquiriu o produto. Ao ligar o aparelho, verificou que a utilidade do bem não existia e dirigiu-se à loja exigindo o cumprimento forçado da obrigação, nos termos do que lhe foi ofertado. Contudo, o gerente do estabelecimento disse-lhe que nada poderia fazer, pois Rubens agiu sem seu consentimento. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) o vendedor deverá ser responsabilizado individualmente, uma vez que não recebeu instrução para divulgar qualidade não existente do produto.
- b) não há previsão na lei para que o consumidor exija o cumprimento forçado da obrigação, podendo apenas rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada.
- c) a loja deve ser responsabilizada solidariamente pelos atos de seu vendedor.
- d) não há previsão na lei para que o consumidor exija o cumprimento forçado da obrigação, podendo apenas aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.
- e) a loja deve ser responsabilizada subsidiariamente pelos atos de seu vendedor.

25. Com relação às características do Código de Defesa do Consumidor e aos mandamentos constitucionais de defesa do consumidor, é correto afirmar:

- a) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado o princípio de defesa do consumidor e do fornecedor, na relação de consumo.
- b) O Ato de Disposições Constitucionais Transitórias determinou a elaboração do Código de Defesa do Consumidor dentro de noventa dias, a contar da promulgação da Constituição Federal de 1988.

- c) A competência para legislar sobre produção e consumo, bem como sobre responsabilidade por danos ao consumidor é concorrente entre a União, os Estados e o DF, sendo formalmente inconstitucional lei municipal que trate de matéria relativa ao consumo.
- d) O Código de Defesa do Consumidor é norma de ordem pública e de interesse social, geral e principiológica, e, portanto, prevalente sobre todas as demais normas especiais anteriores que com ela colidirem.
- e) O superendividamento pode ser definido como impossibilidade global do devedor-pessoa física ou jurídica, consumidor, de má-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo, incluídas as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e alimentos, em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

- 26.** É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, é correto afirmar:
- a) A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilização das pessoas físicas envolvidas, não sendo possível a responsabilização de pessoas jurídicas.
- b) As obrigações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente compõem um rol exaustivo que exclui outras decorrentes dos princípios ali positivados.
- c) Compete exclusivamente às entidades públicas que atuem nas áreas de cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos e serviços, contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes.
- d) A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- e) A comunicação de suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescente compete unicamente aos profissionais contratados com tal finalidade.

27. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais dos entes federais. São linhas de ação da política de atendimento:

- a) políticas sociais básicas e serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências.
- b) a municipalização do atendimento.
- c) a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente.
- d) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
- e) manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

28. Em relação à prática de ato infracional e aos direitos individuais assegurados, pode-se afirmar:

- a) Considera-se como ato infracional a conduta descrita como crime no Código Penal e na legislação esparsa, não abrangendo as contravenções penais.
- b) O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.
- c) Nenhuma criança ou adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- d) A internação provisória poderá ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- e) Em hipótese alguma o adolescente civilmente identificado será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais.

29. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas aplicáveis aos pais ou responsável. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Não mais subsiste a previsão de matrícula obrigatória do filho ou pupilo em escola, em razão da possibilidade de homeschooling no Brasil.
- b) Os pais ou responsável podem ser encaminhados a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, sendo vedado o encaminhamento a tratamento psiquiátrico.
- c) Os pais ou responsável não podem ser obrigados a encaminhar a criança ou adolescente a tratamento, posto que se trata de exercício do poder familiar decidir sobre tal conduta.
- d) Em caso de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar o afastamento do agressor da moradia comum, sendo vedada a fixação de alimentos provisórios.
- e) Ainda que afastado da moradia comum, o agressor continuará responsável por prover a criança ou adolescente que dele dependa.

30. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Com base nas disposições legislativas, assinale a alternativa correta:

- a) Dentre os requisitos necessários para concorrer à vaga de conselheiro tutelar, o candidato deverá ter idade superior a 18 (dezoito) anos e residência no município.
- b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar.
- c) Os conselheiros tutelares não gozam de todos os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, mas fazem jus à cobertura previdenciária, ao gozo de férias anuais remuneradas com acréscimo de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, à licença-maternidade, à licença-paternidade e à gratificação natalina.

d) Os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar deverão constar da lei orçamentária dos Estados e do Distrito Federal.

e) A atividade de conselheiro constitui serviço público relevante e estabelece presunção de reputação ilibada.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. Em relação aos princípios do direito penal, assinale a alternativa correta:

- a) O único significado do garantismo penal refere-se ao modelo normativo proposto por Ferrajoli, onde um Estado somente será garantista se possuir uma constituição rígida.
- b) O princípio da fragmentariedade dispõe que o direito penal só deve atuar de forma subsidiária, ou seja, quando se tornarem insuficientes outras formas de controle social.
- c) O STF admite o abrandamento do regime inicial da pena, caso não se aplique o princípio da insignificância em razão da reincidência do réu.
- d) Em nenhuma hipótese a pena passará da pessoa do condenado, em razão do princípio da intranscendência da pena.
- e) Os tribunais superiores têm admitido a declaração de atipicidade do crime previsto no art. 184, §2º, do C (expor à venda CDs e DVDs piratas), acolhendo-se, para tanto, o princípio da adequação social.

32. Em relação à aplicação de lei penal no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) Considerando que uma aeronave privada brasileira estivesse sobrevoando território estrangeiro, e que nesta hipótese, uma passageira tenha praticado crime de furto em seu interior, a competência para julgar o crime seria da justiça brasileira, independentemente do processo ser ou não julgado no território estrangeiro, considerando o princípio da representação ou da bandeira.
- b) Em uma situação hipotética, um português, dentro de uma embarcação da Marinha Mercante brasileira, ancorada em porto holandês, retira um cigarro de maconha, para seu próprio uso, preparando-o para posterior utilização. Neste caso, o português não será punido, pois a posse de drogas para consumo próprio não é punida na Holanda.
- c) Aplica-se a lei brasileira, ainda que em prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao delito cometido em território nacional.
- d) O Código Penal Brasileiro adotou a teoria da atividade ou da ação, no que concerne ao lugar do crime.
- e) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território ou de Município, quando não sejam julgados no estrangeiro.

33. Em determinada hipótese, João subtrai um cheque emitido por Pedro, sendo dele credor, e utiliza o título de crédito para solver a dívida de Pedro, mesmo sabendo que ele não concordaria com esta solução. Neste contexto, é possível afirmar que:

- a) houve erro de proibição;
- b) houve erro de tipo essencial, pois o cheque não é passível de furto;
- c) houve arrependimento posterior, sendo obrigatória a diminuição da pena do réu;
- d) houve erro de tipo accidental, razão pela qual o credor responderá por culpa, se houver previsão legal;
- e) houve exercício regular de direito, com exclusão de culpabilidade.

34. Sobre a classificação doutrinária dos crimes, assinale a alternativa correta:

- a) Constituem-se como crimes omissivos próprios aqueles em que o agente assume a posição de garantidor, obrigando-se, com isso, a evitar o resultado.
- b) Nos crimes omissivos impróprios a lei descreve a conduta do agente e o seu resultado.
- c) O crime falho é também chamado de “quase crime”.
- d) Um exemplo de crime complexo em sentido estrito é a corrupção ativa.
- e) O crime de mera conduta admite a tentativa.

35. Assinale a alternativa correta:

- a) O Código Penal adotou a teoria subjetiva em relação à punição do fato enquadrado como crime impossível.
- b) Considerando-se a relação de causalidade, o Código Penal adotou como regra a teoria da causalidade adequada.
- c) No estado de necessidade o perigo deve ser iminente.
- d) Admite-se legítima defesa putativa em oposição a um ato de legítima defesa real.
- e) É necessária a presença da consciência do agente de agir acobertado por uma excludente para o reconhecimento de uma causa de exclusão de ilicitude.

36. Para o reconhecimento do arrependimento posterior, é indispensável que:

- a) a reparação do dano ou a restituição da coisa seja espontânea.
- b) a reparação do dano ou a restituição da coisa seja feita até o oferecimento da denúncia ou da queixa.
- c) o crime cometido seja de natureza patrimonial e sem violência contra a coisa.
- d) a reparação do dano, ainda que não voluntária, seja de conhecimento do agente.
- e) a reparação do dano ou a restituição da coisa seja voluntária.

37. Em determinada hipótese, uma empregada doméstica esquece de trancar a porta principal que dá acesso à residência do proprietário do imóvel. Aproveitando-se da desídia da funcionária, uma pessoa ingressa na residência e subtrai alguns pertences do proprietário.

Com base nesta situação hipotética, a empregada doméstica:

- a) será responsabilizada pelo furto na condição de coautora.
- b) é autora intelectual do furto.
- c) não pode ser penalmente responsabilizada pelo furto.
- d) será responsabilizada pelo fruto na condição de partícipe.
- e) será responsabilizada por culpa.

38. Sobre a teoria da pena, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo entendimento do STJ, ao reincidente condenado a pena igual a 4 (quatro) anos, é admissível a adoção do regime semiaberto.
- b) A pena unificada para atender ao limite de quarenta anos de cumprimento determinado pelo art. 75 do Código Penal.
- c) Na aplicação da pena, incidindo as causas de diminuição da tentativa e da participação de menor importância, pode o juiz limitar-se a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a que mais diminua.
- d) A falta grave interrompe o prazo para a obtenção de livramento condicional.
- e) No cálculo da pena, o aumento pela reincidência deve ser posterior à redução pela participação de menor importância.

39. Em relação aos crimes contra a vida, assinale a assertiva correta:

- a) É pacífico na jurisprudência que o crime de homicídio cometido mediante violenta emoção seja também qualificado com emprego de veneno.
- b) Em nenhuma hipótese o homicídio simples será classificado como hediondo.

c) O agente que matar sua empregadora por ter sido dispensado do trabalho sem justa causa responderá por feminicídio.

d) Admite-se admite a continuidade delitiva nos crimes contra a vida.

e) Em concorrendo duas qualificadoras, uma delas será utilizada para majorar a pena na primeira fase, ao passo que a derradeira será utilizada como causa de aumento de pena.

40. Em relação à parte especial do Código Penal, é correto assinalar que se trata de entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores:

a) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada.

c) O princípio da insignificância pode ser aplicado ao crime de peculato culposo, desde que haja mínima ofensividade na conduta, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a lesão jurídica seja inexpressiva.

d) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica.

e) Não se tipifica crime contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo.

41. Com relação à Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), assinale a alternativa correta que condiz com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

a) A natureza e a quantidade da droga não podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e para afastar a redução prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06, sob pena de caracterizar bis in idem.

b) O juiz pode fixar regime inicial mais gravoso do que aquele relacionado unicamente com o quantum da pena ao considerar a natureza ou a quantidade da droga.

- c) A causa de aumento de pena prevista no inciso III do art. 40 da Lei de Drogas possui natureza objetiva e se aplica em função do lugar do cometimento do delito, sendo despcienda a comprovação efetiva do tráfico nos locais e nas imediações mencionados no inciso ou que o crime visava a atingir seus frequentadores.
- d) É possível a concessão de liberdade provisória nos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes.
- e) A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei nº11.343/06) configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteiras.

42. Sobre os crimes contra a dignidade sexual, assinale a assertiva correta:

- a) O crime de estupro de vulnerável não pode ser praticado com uma omissão.
- b) O crime de estupro não admite o resultado agravador a título de culpa, razão pela qual a qualificadora prevista tipo penal do art. 213, §2º (resultado morte) só incidirá quando houver dolo.
- c) O crime de assédio sexual (art. 216-A, do Código Penal) não tem o homem como sujeito passivo.
- d) O crime de registro não autorizado da intimidade sexual (art. 216-B) é processado mediante ação penal pública incondicionada.
- e) O consentimento da vítima afasta a consumação do estupro de vulnerável.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

43. A respeito da competência no processo penal, assinale a alternativa correta, de acordo com a lei e a jurisprudência.

- a) no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de menor graduação.
- b) a competência por prerrogativa de função não prevalece se a ação judicial houver sido instaurada após a cessação do exercício do cargo público.

- c) o crime de falso testemunho cometido em processo trabalhista deverá ser julgado perante a justiça estadual.
- d) Caberá ao STF julgar, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, o Vice-presidente, os membros do Congresso Nacional e os Ministros de Estado.
- e) em se tratando de erro na execução, a competência será determinada pela conexão.

44. A lei processual penal

- a) admite interpretação extensiva, mas não suplemento dos princípios gerais do direito.
- b) retroage no tempo, apenas para beneficiar o réu.
- c) não admite aplicação analógica, mas admite interpretação extensiva.
- d) não admite interpretação extensiva, mas admite aplicação analógica.
- e) não será aplicada aos atos praticados sob a vigência de lei anterior.

45. Em relação à ação civil *ex delicto*, é correto afirmar:

- a) o direito à execução da sentença penal não se estende aos herdeiros do ofendido.
- b) a decisão que absolve o acusado ao decidir que o fato que lhe é imputado não configura crime, não impede a propositura de ação civil.
- c) intentada a ação penal, o juiz da ação civil não poderá suspender o curso desta até o julgamento definitivo daquela.
- d) faz coisa julgada no cível a sentença que julgar extinta a punibilidade.
- e) é possível a execução da sentença penal para reparação de danos tanto no juízo cível quanto no juízo da execução penal.

46. A respeito das provas, assinale a opção correta.

- a) Em razão das garantias a que o réu tem direito, a infiltração policial não é admitida no direito processual penal brasileiro.
- b) A confissão será indivisível e irretroatável.
- c) Ainda que não seja possível a realização do exame de corpo de delito, a prova testemunhal não poderá ser realizada com objetivo de suprir-lhe a falta.
- d) Se o acusado confessar a autoria, será perguntado sobre os motivos e circunstâncias do fato e se outras pessoas concorreram para a infração, bem como quais sejam.
- e) Considerando o princípio da legalidade estrita aplicável ao direito processual penal, não são admitidos meios de prova diversos daqueles previstos em lei.

47. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

- a) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado praticar, deliberadamente, ato de obstrução ao andamento do processo.
- b) O assistente de acusação não possui legitimidade para requerer a prisão preventiva.
- c) A autoridade policial e o juiz somente poderão conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
- d) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização da autoridade policial ou judiciária competente.
- e) As medidas cautelares não poderão ser aplicadas cumulativamente.

48. Acerca da citação, é correto afirmar:

- a) se o réu estiver preso, poderá ser citado na pessoa do diretor do estabelecimento prisional.
- b) será nula a citação por edital de réu que se encontrar preso, ainda que em unidade da federação diversa.
- c) no caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.
- d) em nenhuma hipótese será permitida a citação por intermédio do chefe de serviço do acusado.
- e) flui normalmente o prazo prescricional enquanto não retornar a carta rogatória expedida para citação do réu.

49. Com relação à sentença penal, assinale a alternativa correta.

- a) o juiz poderá, nas ações penais públicas e privadas, condenar o réu, ainda que a acusação tenha pleiteado a sua absolvição.
- b) caso a prisão preventiva tenha sido decretada no curso da ação, não será necessário que, em sentença condenatória, o juiz fundamente a sua manutenção.
- c) poderá ser atribuída definição jurídica diversa ao fato descrito na denúncia, ainda que o juiz tenha, em consequência, que aplicar pena mais grave.
- d) na sentença condenatória, o juiz deve fixar o valor da reparação dos danos, que não poderá ser majorado, em qualquer esfera, após o trânsito em julgado da sentença penal.
- e) a sentença deverá conter a exposição completa dos argumentos da acusação e da defesa.

50. A respeito do procedimento relativo ao Tribunal do Júri, é correto afirmar:

- a) estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 60 (sessenta) anos, desde que requeiram a dispensa.
- b) a absolvição sumária será cabível quando comprovada inimputabilidade do acusado, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, desde que esta não seja a única tese de defesa.
- c) se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, determinará o retorno dos autos ao Ministério Público, por 15 (quinze) dias.
- d) na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, nunca se admitirá o pedido de desaforamento.
- e) será cabível recurso em sentido estrito contra a sentença de impronúncia e apelação contra a sentença de pronúncia.

51. Em relação às nulidades, observada a jurisprudência, é correto afirmar:

- a) no processo penal, a falta ou deficiência de defesa constituem nulidade absoluta, independentemente de prova do prejuízo para o réu.
- b) a inquirição das testemunhas inicialmente pelo juiz, com a inversão da ordem prevista no art. 212 do Código de Processo Penal, constitui nulidade relativa.
- c) constitui nulidade a falta de intimação do acusado para oferecer contrarrazões ao recurso da rejeição da denúncia, salvo se houver sido nomeado defensor dativo para tanto.
- d) a incompetência do juízo anula todos os atos praticados até então, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- e) as omissões da denúncia ou da queixa poderão ser supridas a todo o tempo, antes do despacho que ordena a apresentação de alegações finais.

52. A respeito dos recursos, assinale a alternativa correta.

- a) será cabível apelação contra a decisão que anular o processo da instrução criminal, no entanto, a parte não poderá ser prejudicada pela interposição de um recurso no lugar de outro se não houver má-fé.
- b) de acordo com o Código de Processo Penal, ao Ministério Público é defeso deixar de apresentar recurso contra a sentença que absolve o acusado.
- c) no julgamento do recurso de apelação contra decisão do Júri, o Tribunal não ficará adstrito aos fundamentos da interposição.
- d) os recursos, nos exatos termos da lei, serão sempre voluntários, sem exceção.
- e) caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que declarar a prescrição.

53. O recurso cabível contra a decisão do Tribunal do Júri, em razão de nulidade ocorrida posteriormente à pronúncia é

- a) recurso em sentido estrito.
- b) protesto por novo júri.
- c) agravo em execução.
- d) apelação.
- e) *habeas corpus*.

54. A respeito do interrogatório do acusado, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

I – Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada e somente se houver requerimento de alguma das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência.

II – Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.

III – Na primeira parte o interrogando será perguntado sobre a residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo, se houve suspensão condicional ou condenação, qual a pena imposta, se a cumpriu e outros dados familiares e sociais.

IV – Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

V – Da decisão que determinar a realização de interrogatório por videoconferência, nos termos da lei, as partes serão intimadas com 10 (dez) dias de antecedência.

Está correto o que se afirma nas assertivas:

- a) I, II e IV.
- b) II, III, IV e V.
- c) I, II, III, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e V.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

55. O princípio de interpretação das normas constitucionais segundo o qual a Lei Maior deve ser interpretada como um todo, como um conjunto, de forma a evitar contradições, antinomias, antagonismos entre as suas normas, e, sobretudo, entre os próprios princípios jurídico-políticos é denominado

- a) Princípio da unidade.
- b) Princípio do efeito integrador.
- c) Princípio da conformidade.
- d) Princípio da força normativa.
- e) Princípio da máxima efetividade.

56. A respeito da legitimidade ativa das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional nas ações do controle objetivo de constitucionalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) A entidade que não representa a totalidade de sua categoria profissional não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Associações diversas, independentemente de representação profissional ou empresarial, desde que legalmente constituídas e de âmbito nacional, têm legitimidade ativa para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- c) As entidades de classe, para configuração do âmbito nacional, deverão ter representatividade em pelo menos nove estados brasileiros.
- d) A legitimação ativa das entidades de classe para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade depende da demonstração de pertinência temática.
- e) Para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade, as entidades de classe de âmbito nacional precisarão constituir advogado, que deverá juntar procuração aos autos.

57. “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.” (artigo 236 da CF/88). A norma constitucional, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata, de eficácia diferida.

58. O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC), para reestruturar a Administração Pública. Ocorre que a proposta, na opinião de juristas e de alguns partidos políticos, viola princípios federativos e direitos adquiridos dos servidores públicos. A respeito do fato narrado, para combater as supostas inconstitucionalidades contidas na referida PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade, desde que observados os requisitos contidos na Lei 9.868/1999.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, cumpridas as exigências processuais da Lei 9.882/1999.
- c) ação civil pública, desde que proposta por parlamentar e observados os pressupostos da Lei 7.347/1985.
- d) mandado de segurança, desde que impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta e atendidas as exigências da Lei 12.016/2009.
- e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

59. O Tribunal de Justiça de Goiás julgou válida lei local contestada em face de lei federal. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) recurso especial ao Supremo Tribunal Federal.

60. O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.
- e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

61. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O Procurador-Geral da República poderá propor ação direta de inconstitucionalidade para requerer a retirada da medida provisória do ordenamento jurídico.
- d) A medida provisória poderá ser rejeitada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por decisão da maioria relativa de seus membros.
- e) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.

62. Por iniciativa parlamentar, foi editada lei para autorizar o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, independentemente de registro sanitário, em caráter excepcional, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca da substância. A respeito do assunto, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) O Congresso Nacional não tem poderes para autorizar, de forma abstrata e genérica, a distribuição de medicamento.
- b) A lei sob análise é constitucional, uma vez que os pacientes diagnosticados com neoplasia maligna dela poderão fazer uso por vontade livre e consciente e não por imposição estatal.
- c) Conquanto seja da competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) permitir a distribuição de substâncias químicas, a sua omissão injustificada permite o Congresso Nacional, mediante lei, autorizar a utilização da fosfoetanolamina, substância já aplicada em estados estrangeiros.
- d) A lei federal é constitucional, uma vez que compete à União editar normas gerais sobre saúde.

e) A lei é inconstitucional, por vício formal, porque é da competência privativa do Presidente da República a iniciativa das leis a respeito da distribuição de medicamento.

63. A Constituição Federal reservou o seu Título VII para dispor sobre a ordem econômica e financeira. A atividade econômica contempla prestação de serviço público e atividades privadas comerciais, industriais e de prestação de serviço. A respeito desse assunto, indique a alternativa correta:

- a) A busca do pleno emprego é um dos princípios da ordem econômica.
- b) A Constituição Federal a todos assegurada o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que haja autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- c) A Constituição federal proíbe o Estado de explorar diretamente a atividade econômica.
- d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- e) Em defesa do meio ambiente, a atividade garimpeira em cooperativas deve ser desestimulada pelo Estado.

64. Com relação à disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens abaixo e em seguida aponte a alternativa correta.

- I. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo da Constituição estadual que condiciona a criação de CPI à aprovação do requerimento pelo Plenário da Assembleia Legislativa.
- II. Cada CPI deve investigar um único fato, uma vez que, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se o fato objeto da investigação for genérico, haverá inconstitucionalidade.
- III. Magistrados não podem ser convocados a prestarem depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.
 - a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - c) As assertivas II e III estão incorretas.
 - d) Estão incorretas apenas as assertivas I e II.
 - e) Todas as assertivas estão incorretas.

65. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

66. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública decorrentes de sentença judiciária devem ser efetuados, conforme determinação constitucional, obedecendo-se a seguinte ordem:

- a) Primeiro os créditos destinados aos idosos e, depois, às pessoas com deficiência.
- b) Inicialmente os créditos destinados às pessoas naturais e, depois, às pessoas jurídicas.

- c) Primeiro devem ser pagas as requisições de pequeno valor e, depois, os outros créditos.
- d) Primeiro devem ser pagos os créditos decorrentes de salário e benefícios previdenciários e, depois, os demais.
- e) Inicialmente os créditos de natureza alimentar e, depois, os destinados a idosos e enfermos.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

67. Em relação aos partidos políticos, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O partido político, constituído como pessoa jurídica de direito público ou privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.
- b) De acordo com os termos de seu estatuto, o partido político poderá ser equiparado às entidades paraestatais.
- c) O partido político goza de autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, mas não poderá definir o cronograma de atividades eleitorais, estando submetido às determinações da Justiça Eleitoral.
- d) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios, sendo certo que estes últimos têm prazo máximo de 8 (oito) anos de vigência.
- e) Exaurido o prazo de vigência de um órgão partidário, ocorrerá a extinção automática do órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

68. A filiação partidária é restrita ao eleitor que estive no pleno gozo de seus direitos políticos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A filiação partidária é considerada como deferida quando há o atendimento das regras estatutárias do partido, sendo entregue comprovante ao interessado no modelo adotado pelo partido.
- b) Para desligar-se do partido, o filiado deverá fazer comunicação exclusivamente ao órgão de direção municipal.
- c) Decorridos 10 (dez) dias da data de entrega da comunicação de desligamento do partido político, o vínculo considera-se extinto para todos os efeitos.
- d) Os órgãos dos partidos políticos não terão acesso às informações de seus filiados em respeito à intimidade prevista constitucionalmente.
- e) O partido político deverá ater-se aos prazos de filiação partidária previstos na Lei nº 9.096/95, sendo-lhes vedado estabelecer prazos superiores aos definidos legalmente.

69. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é constituído por dotações orçamentárias da União em ano eleitoral. Em relação ao FEFC, pode-se afirmar:

- a) O Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição dos Tribunais Regionais Eleitorais, até o primeiro dia útil do mês de junho do ano do pleito
- b) Os recursos ficarão à disposição do partido político somente após a definição de critérios para a sua distribuição, os quais, aprovados pela maioria relativa dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido, serão divulgados publicamente.
- c) Os recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional, integralmente, no momento da apresentação da respectiva prestação de contas.

- d) Os partidos podem comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral até o 1º (primeiro) dia útil do mês de junho a renúncia ao FEFC, sendo permitida a redistribuição desses recursos aos demais partidos.
- e) O percentual dos recursos poderá ser reduzido mediante compensação decorrente do remanejamento, se existirem, de dotações em excesso destinadas ao Poder Executivo.

70. A prestação de contas ocorrerá de maneira distinta quando o candidato concorrer as eleições majoritárias ou proporcionais. Com base na Lei nº 9.504/97, assinale a alternativa correta:

- a) As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo próprio candidato ou pelo partido político.
- b) Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a divulgar em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na internet os recursos em dinheiro recebidos para financiamento de campanha eleitoral, em até 5 (cinco) dias contados de seu recebimento.
- c) Fica dispensada da comprovação na prestação de contas a cessão de bens móveis, limitado ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa cedente.
- d) Os gastos com passagens aéreas efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, sendo permitida a exigência de apresentação de outros documentos para esse fim.
- e) Os valores transferidos pelos partidos políticos oriundos de doações serão registrados na prestação de contas dos candidatos como transferência dos partidos e, na prestação de contas anual dos partidos, como transferência aos candidatos.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ a respeito do cheque:

- a) não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado
- b) em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula
- c) a simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.
- d) o prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.
- e) é inadmissível a ação monitória fundada em cheque prescrito.

72. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos

- a) e relativos à atividade da empresa, desde que autorizados por escrito.
- b) mesmo que não sejam relativos à atividade da empresa ou que não tenham sido autorizados por escrito.
- c) e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- d) ou fora deles, desde que relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- e) ou fora deles, ainda que não relativos à atividade da empresa ou que não autorizados por escrito.

73. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. Essa revogação dar-se-á por ação

- a) revocatória, a ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer credor ou pelo administrador judicial em dois anos contados da prática do ato fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou.

- b) declaratória de evicção, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em dois anos contados da prática do ato fraudulento.

- c) revocatória, que deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência.

- d) de nulidade de negócio jurídico, a ser proposta por qualquer interessado e pelo Ministério Público em dois anos da decretação da falência.

- e) pauliana, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em até quatro anos da decretação da falência.

74. Em relação aos contratos empresariais seguintes,

- a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.

- b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.

- c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.

- d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.

- e) o desconto bancário implica a transferência de crédito do descontário ao banco e este lhe paga o valor correspondente, deduzidos os juros e encargos, sem possibilidade de endosso em nenhuma hipótese, pelo caráter personalíssimo da operação.

75. Em relação à sociedade limitada,

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.
- e) uma vez integralizado o capital, este não pode ser reduzido, mas somente majorado, por decisão da maioria simples dos sócios.

76. Cleber e Maurício estabelecem uma sociedade, mas os atos constitutivos dessa sociedade, embora elaborados e subscritos pelos interessados, não foram levados a registro. Maurício realizou contrato com terceiro em nome da sociedade, sem que Cleber tenha participado da negociação. Nesta situação,

- a) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas e não tem direito ao benefício de ordem.
- b) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas, mas é lhe assegurado o benefício de ordem.
- c) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas, mas somente Maurício está excluído do benefício de ordem.
- d) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e ambos têm assegurado o benefício de ordem.
- e) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, mas nenhum deles tem assegurado o benefício de ordem.

77. A duplicata escritural:

- a) não carece de protesto para o ajuizamento de ação executiva;
- b) pode ser cobrada, exclusivamente, por ação monitória.
- c) não permite aceite ordinário.
- d) se vale do aceite presumido e protesto para a cobrança judicial para a execução.
- e) nenhuma das alternativas está correta

78. Com base nas normas aplicáveis às sociedades contratuais, é CORRETO afirmar que:

- a) A incapacidade superveniente não é causa de exclusão de sócio, impondo-se a propositura de ação judicial caso a maioria dos demais sócios assim delibere.
- b) Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios.
- c) Admite-se aos cônjuges contratar sociedade, desde que casados pelo regime de separação absoluta de bens, comunhão parcial e participação final nos aquestos.
- d) O menor, absoluta ou relativamente incapaz, não pode ser sócio, desde que não tenha poder de administração.
- e) nenhuma das alternativas está correta

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

79. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser introduzidas por lei ordinária.
- b) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram recepcionadas pela EC 33/2001.

80. Julgue os itens a seguir:

- i) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.
 - ii) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.
 - iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Nenhum dos itens está correto.
 - c) Apenas os itens i e ii estão corretos
 - d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.
 - e) Apenas o item iii está correto.

81. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- b) É incompatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU prescinde da edição de lei em sentido formal.
- d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é indevida a exigência de qualquer valor a título de tributo.
- e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal.

82. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca
- c) Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição.
- d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.
- e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

83. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, responde pelos tributos devidos até a data do ato, desde que continue a explorar o negócio sob a mesma razão social ou sob a mesma firma ou nome individual.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

84. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- b) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- c) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- d) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, dois são os fundamentos que justificam a existência do instituto da denúncia espontânea: o primeiro é de ordem ética, por valorizar o comportamento de quem espontaneamente regulariza sua situação junto ao fisco; o segundo fundamento é econômico, pela redução dos custos incorridos pela administração tributária na fiscalização das atividades dos contribuintes.

85. A respeito do Imposto sobre produtos industrializados, assinale a alternativa incorreta:

- a) De acordo com o CTN, nas operações internas, o tributo tem como fato gerador a entrada do produto no estabelecimento de destino.
- b) O imposto é não-cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados.
- c) Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo.
- d) O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos.
- e) Todas alternativas estão corretas.

86. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) A transação suspende o crédito tributário.
- b) A interposição de uma exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- d) A adesão ao parcelamento interrompe o prazo prescricional, que volta a fluir a partir da sua rescisão.
- e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.

DIREITO AMBIENTAL

Luis Carlos

87. No que tange a responsabilidade criminal por danos acarretados ao meio ambiente, a conduta de praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais constitui crime previsto na Lei 9.605/98. Quanto ao tipo penal, é correto afirmar que:

- a) não abrange animais domesticados.
- b) deve ter pena aumentada de um sexto a um terço se o animal for cão.
- c) torna-se um crime qualificado se o animal for gato.
- d) a pena é aumentada de metade, se ocorre morte do animal.
- e) não abrange animais exóticos.

88. Uma empresa pretende desenvolver uma determinada atividade de extração de produto mineral na Área de Proteção Ambiental dos Pireneus (APA Pireneus). Foi realizado pedido de licenciamento ambiental perante a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás - SEMAD. Após análise do pedido, o órgão exigiu que o empreendedor procedesse à elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório como condição para o desenvolvimento da atividade considerando ser potencialmente causadora de significativo impacto ambiental à unidade de conservação. Nessa hipótese, a realização de audiência pública pela SEMAD:

- a) é obrigatória, em qualquer hipótese.
- b) é discricionária, em qualquer hipótese.
- c) é obrigatória, se requerida pelo órgão ambiental estadual.
- d) é discricionária como regra.
- e) é obrigatória quando requerida pelo órgão ambiental federal.

89. Quanto à Política Nacional de Recursos Hídricos-PNRH, nos termos da Lei 9.433/97, é correto afirmar que:

- a) a cobrança pelo uso da água é instrumento da PNRH.
- b) o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos - SIRH, embora não previsto expressamente como instrumento da PNRH, é um dos objetivos da Lei 9.433/97.

- c) depende de outorga do Poder Público o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- d) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso prioritário deles para o consumo humano e a dessedentação de animais.
- e) a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada, como regra, no Poder Público, que poderá admitir a participação da comunidade na gestão desses recursos em órgãos colegiados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

90. De acordo com os recentes posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, marque a assertiva incorreta:

- a) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito, quando os exames são cancelados por indícios de fraude
- b) Os servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, como regra.
- c) Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal.
- d) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- e) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

91. Marque a assertiva incorreta:

- a) O exercício da autotutela administrativa, para o desfazimento do ato administrativo que produza efeitos concretos favoráveis aos seus destinatários, está condicionado à prévia intimação e oportunidade de contraditório aos beneficiários do ato.
- b) A conduta de apresentação de documentos falsos ou adulterados por pessoa jurídica em processo licitatório configura o ato lesivo previsto no art. 5º, IV, “d”, da Lei n. 12.846/2013, independentemente de essa sagrar-se vencedora no certame ou ter a continuidade da sua participação obstada nesse.
- c) Viola a legalidade o regulamento interno de licitações e contratos editado por empresa estatal de qualquer ente da federação que estabelece prazo inferior ao previsto no artigo 83, § 2º, da Lei Federal nº 13.303/2016, referente à apresentação de defesa prévia no âmbito de processo administrativo sancionador.
- d) A Lei n. 10.520/2002 define o bem ou serviço comum baseada em critérios eminentemente mercadológicos, de modo que a complexidade técnica ou a natureza intelectual do bem ou serviço não impede a aplicação do pregão se o mercado possui definições usualmente praticadas em relação ao objeto da licitação.
- e) A avaliação do bem expropriado deve levar em conta as condições mercadológicas existentes à época do efetivo pagamento da indenização.

92. Considerando a doutrina e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do regime jurídico-administrativo e do princípio constitucional da legalidade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade veda à administração a prática de atos inominados, embora estes sejam permitidos aos particulares.
- b) Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.
- c) A utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares ofende o princípio da legalidade.

- d) Apesar de estar submetida à legalidade estrita, a administração pública poderá interpretar normas de maneira extensiva ou restritiva com relação aos direitos dos particulares quando não existir conteúdo legal expresso.
- e) Aplica-se a teoria do fato consumado no caso de remoção de servidor público para acompanhar cônjuge em virtude de decisão judicial liminar, ainda que a remoção não se ajuste à legalidade estrita.

93. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.
- c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.
- d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.
- e) descentralização ocorre sempre que se cria um novo órgão com plexo de atribuições próprias, o que se insere na competência normativa e regulamentar do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.

94. De acordo com a conceituação dada pela doutrina pertinente, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na utilização privativa de bem público para fins de interesse preponderantemente privado é denominado:

- a) permissão de uso de bem público.
- b) autorização de uso de bem público.
- c) concessão de direito real de uso de bem público.
- d) concessão de uso de bem público.
- e) cessão de uso de bem público

95. Caso haja uma licitação a ser realizada na modalidade concorrência com o tipo melhor técnica, o prazo mínimo a ser observado entre a publicação do edital e a próxima fase será:

- a) 45 dias
- b) 30 dias
- c) 15 dias
- d) 8 dias
- e) 5 dias úteis

96. De acordo com a Lei 12.846/2013, marque a assertiva incorreta:

- a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- b) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- c) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- d) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da

fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

- e) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado

97. Ainda de acordo com a Lei 12.846/2013, e o acordo de leniência, julgue os itens abaixo:

I - A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica de eventual multa aplicável.

II - O acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

III - Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

IV - A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

V - Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

São incorretas:

- a) III e IV
- b) I e II
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) I, II e V

DIREITO AGRÁRIO

Thiago Leite

98. Em relação aos contratos agrários, assinale a alternativa correta.

- a) O Estatuto da Terra proíbe o subarrendamento rural, mesmo com o consentimento do proprietário.
- b) O arrendatário, para iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador a forma de pagamento do uso da terra por esse prazo excedente.
- c) O prazo dos contratos de parceria, desde que não convencionados pelas partes, será no mínimo de cinco anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita pendente.
- d) Na parceria pecuária, as despesas com o tratamento e criação dos animais, não havendo acordo em contrário, correrão por conta do parceiro proprietário.
- e) Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, sempre por tempo determinado, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, de determinados riscos.

99. Segundo o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), a propriedade da terra desempenha sua função social quando:

- a) Favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias ou quando mantém níveis satisfatórios de produtividade.
- b) Observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam ou assegura a conservação dos recursos naturais.
- c) Quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

d) Simultaneamente, favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias, mantém níveis satisfatórios de produtividade, assegura a conservação dos recursos naturais e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

e) Obtém níveis de produtividade acima de 50%.

100. Sobre a reforma agrária, assinale a alternativa correta.

a) A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

b) Se for intentada desapropriação parcial para fins de reforma agrária, o proprietário não poderá, em nenhuma hipótese, optar pela desapropriação de todo o imóvel que lhe pertence.

c) Em áreas de minifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à manutenção dos módulos no tamanho atual, ante o direito adquirido dos proprietários.

d) Os Estados e os Municípios, com vistas a cooperarem com a União na questão agrária, podem efetuar a desapropriação para fins de reforma agrária, contribuindo para a diminuição dos conflitos agrários.

e) Atualmente o responsável pela execução da reforma agrária no país é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJGO-07-11-20>

Conheça nossa assinatura

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA JUIZ TJGO](#)
